

VIVÊNCIAS NO PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA

EXPERIENCES IN NATIONAL PACT FOR LITERACY AT THE RIGHT AGE

Maria José de Pinho
(Universidade Federal do Tocantins)
Tatiane da Costa Barros
(Universidade Federal do Tocantins)

Resumo: O presente artigo se propõe a discutir a importância do processo de formação continuada desenvolvido no âmbito do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) junto aos docentes do ciclo de alfabetização na rede municipal de ensino de Miracema do Tocantins. As ideias expressas no texto são resultados de discussões coletivas, troca de experiências e vivências no contexto do programa. Conclui-se que a formação continuada contribuiu para uma reflexão mais crítica sobre a organização das práticas pedagógicas. Contudo, verificou-se a necessidade de maior aprofundamento nos estudos sobre o processo de alfabetização e letramento, no sentido de avançar nos processos de ensino e aprendizagem no ciclo de alfabetização, vislumbrando a busca por práticas pedagógicas mais criativas voltadas para a melhoria da aprendizagem dos alunos.

Palavras-chave: Alfabetização. Formação continuada. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa.

Abstract: This article aims to discuss the importance of continuing education process developed under the National Pact for Literacy in the Age One (PNAIC) together with teachers of literacy cycle in municipal Tocantins Miracema teaching. The ideas expressed in the text are the result of collective discussions, exchange of experiences and experiences within the program. It concludes that continuing education has contributed to a more critical reflection on the organization of pedagogical practices. However, there was the need for more profound studies about the process of literacy and literacy in order to advance in the processes of teaching and learning in literacy cycle, seeing the search for more creative teaching practices aimed at improving the learning students.

Keywords: Literacy. Continuing education. National Pact for Literacy in the Middle One.

INTRODUÇÃO

O espaço disponível para discussões e pesquisas quanto à alfabetização vem crescendo devido a sua relevância e aos baixos índices de rendimento dos alunos no ciclo de alfabetização, essencialmente quanto ao domínio da língua falada e escrita.

A alfabetização tem sido um grande desafio para os professores, para as políticas públicas de alfabetização e para as crianças, como público-alvo do processo em questão.

O presente trabalho procurou pontuar a distinção e a complementação do alfabetizar e letrar, em uma evolução do ensino, considerando o professor alfabetizador como colaborador deste processo; bem como colaborar com as discussões sobre o processo de alfabetização no âmbito do PNAIC, na rede municipal de ensino de Miracema do Tocantins, entre os anos de 2013 e 2014. Destacando as contribuições do processo de formação continuada para a organização das práticas pedagógicas do professor alfabetizador (1º ao 3º ano do ensino fundamental), foram apresentadas novas possibilidades de realização do trabalho pedagógico no sentido de potencializar o trabalho realizado pelos docentes do ciclo de alfabetização.

Nestes dois anos do Programa, o processo de investigação se deu por meio de um acompanhamento sistematizado junto às turmas do ciclo de alfabetização da rede municipal de ensino de Miracema do Tocantins. Na ocasião, foram atendidas, nove escolas da rede municipal de ensino de Miracema do Tocantins, com um total de 615 alunos e 35 professores (em 2013) e 714 alunos e 25 docentes (em 2014).

Para a pesquisa bibliográfica deste estudo, consideramos autores como: Soares (2004), Freire (1987), Nóvoa (1995) e outros.

PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO

Nos anos 90 (século XX), o conceito de alfabetização passou a ser vinculado ao conceito de letramento, alavancando outros estudos e ampliando essa relação. Nesse sentido, Soares expôs que:

Alfabetização e letramento são conceitos frequentemente confundidos e sobrepostos, é importante distingui-los, ao mesmo tempo em que é importante também aproximá-los: a distinção é necessária porque a introdução, no campo da educação, do conceito de letramento tem ameaçado perigosamente a especificidade do processo de alfabetização; por outro lado, a aproximação é necessária porque não só o processo de alfabetização, embora distinto e específico, altera-se e reconfigura-se no quadro do conceito de letramento, como também este é dependente daquele. (SOARES, 2003, p.90).

Assim sendo, o letramento é a descoberta de si mesmo por meio da leitura e da escrita, compreendendo quem somos e podemos ser. Metodologicamente, alfabetização e letramento devem se tratados de forma diferente, contribuindo para o alcance do sucesso no ensino/aprendizagem da língua escrita, falada e contextualizada nas escolas.

Para Batista (2006), na alfabetização, a leitura é tida como a capacidade de compreender os sinais gráficos e transformar em sons. Por sua vez, a escrita é a possibilidade de transformar em código os sons da língua. Os conceitos apresentados por Batista foram sendo ampliados devido às necessidades sociais e políticas, visto que atualmente não é mais considerado alfabetizado quem apenas é capaz de codificar/decodificar os sinais gráficos. De tal forma que, Val apresentou letramento como:

[...] o processo de inserção e participação na cultura escrita. Trata-se de um processo que tem início quando a criança começa a conviver com as diferentes manifestações da escrita na sociedade (placas, rótulos, embalagens comerciais, revistas, etc.) e se prolonga por toda a vida, com a crescente possibilidade de participação nas práticas sociais que envolvem a língua escrita, como a leitura e redação de contratos, de livros científicos, de obras literárias, por exemplo. (VAL, 2006, p. 19)

Nessa perspectiva, em entrevista ao jornal do Brasil, Magda Soares afirmou que:

Se alfabetizar significa orientar a própria criança para o domínio da tecnologia da escrita, letrar significa levá-la ao exercício das práticas sociais de leitura e de escrita. Uma criança alfabetizada é uma criança que sabe ler e escrever; uma criança letrada [...] é uma criança que tem o hábito, as habilidades e até mesmo o prazer de leitura e de escrita de diferentes gêneros de textos, em diferentes suportes ou portadores, em diferentes contextos e circunstâncias [...] Alfabetizar letrando significa orientar a criança para que aprenda a ler e a escrever levando-a a conviver com práticas reais de leitura e de escrita. (SOARES, 2000).

Seguindo esse entendimento, é possível compreender a alfabetização como o ato de ensinar, ou seja, aprender a ler e a escrever. E o letramento é a condição de quem incentiva e exerce as práticas sociais que utilizam a escrita e a leitura. Freire (1987) reforçou o pensamento de que o termo alfabetização está associado ao letramento, por designar uma prática sociocultural de uso da língua escrita que vai se transformando com o passar do tempo, conforme a época e as pessoas que a usam, podendo ser libertadora.

Aprender a ler, a escrever, alfabetizar-se é, antes de mais nada, aprender a ler o mundo, compreender o seu contexto, não numa manipulação mecânica de palavras, mas numa relação dinâmica que vincula linguagem e realidade. (FREIRE, 1987, p. 8).

Dessa forma, o ideal é alfabetizar letrando, é ensinar a ler e a escrever no contexto das práticas sociais da leitura e da escrita, de modo que o educando se torne alfabetizado e letrado ao mesmo tempo.

Alfabetizar as crianças é uma das prioridades nacionais e o professor alfabetizador é um auxiliar deste processo. Para o exercício pleno desta função, é necessário ser claro quanto ao que ensinar e como ensinar, visto que os métodos que objetivam o domínio de um código linguístico não são suficientes.

Diante das possíveis concepções de alfabetização, deve-se ter clareza e considerar qual é base desta prática, associando estudos e conceitos teóricos com experiências obtidas durante o processo de formação.

PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA (PNAIC)

Considerando o cenário da alfabetização nacional, o Ministério da Educação, por meio da Portaria nº 867, de 4 de julho de 2012, instituiu o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) para assegurar que todas as crianças sejam alfabetizadas até os oito anos de idade, ao final do 3º ano do ensino fundamental.

Até então inédito, esse pacto, que se apresentou como um programa do governo federal, em parceria com os governos estaduais e municipais, teve a intenção de assegurar que todas as crianças estivessem alfabetizadas até os oito anos de idade, ao final do 3º ano do ensino fundamental.

O referido programa teve como slogan “O Brasil do futuro, com o começo que ele merece” e considerou o Pró-Letramento¹, nos estudos e nas atividades práticas, destacando a

¹ Pró-letramento é um programa governamental, implementado em 2005, apresentado como estratégia de formação continuada a distância e em serviço de professores das séries iniciais do ensino fundamental, que atuam na rede pública de ensino, com o objetivo de favorecer a melhoria do desempenho escolar de alunos nas áreas de leitura/escrita e matemática. O programa é realizado pelo Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Educação Básica e da Secretaria de Educação a Distância, em parceria com universidades que integram a Rede Nacional de Formação Continuada e com a adesão das secretarias estaduais e municipais de educação mediante ao Plano de Ações Articuladas (PAR) (BRASIL, 2007).

necessidade de alfabetização de todas as crianças brasileiras na idade certa e no tempo de estudo adequado.

Por meio de um curso presencial de dois anos, o programa foi realizado tendo uma carga horária de 120 horas (em 2013) e 160 horas (em 2014), para a formação continuada de professores do ciclo de alfabetização (1º ao 3º ano) e das classes multisseriadas.

Conforme o Artigo 5º dessa mesma portaria, os objetivos do programa são:

Art. 5º [...]

I - garantir que todos os estudantes dos sistemas públicos de ensino estejam alfabetizados, em língua portuguesa e em matemática, até o final do 3º ano do ensino fundamental;

III - melhorar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) e;

IV- contribuir para o aperfeiçoamento da formação dos professores alfabetizadores.

Observando os incisos expostos, é possível perceber o destaque dado às áreas de língua portuguesa e matemática, secundarizando as outras áreas de conhecimento, que não deixam de ser consideradas importantes para o processo de escolarização das crianças no ciclo de alfabetização.

As ações previstas para o pacto estão distribuídas nos seguintes eixos do art. 6º da Portaria nº 867/2012:

Art. 6º [...]

I- formação continuada de professores alfabetizadores;

II- materiais didáticos, literatura e tecnologias educacionais;

III- avaliação e;

IV- gestão, controle e mobilização social.

Na Portaria nº 90, de 6 de fevereiro de 2013, no art. 1º, incisos I e II, ficam estabelecidas as bolsas no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) para os professores alfabetizadores e R\$ 765,00 (setecentos e sessenta e cinco reais) aos professores orientadores de estudo, sendo pagas pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Por sua vez, a Medida Provisória nº 586, de 8 de novembro de 2012, dispõe sobre o apoio técnico e financeiro da União aos entes federados e a Portaria nº 1.458, de 14 de dezembro de 2012, trata da concessão de bolsas de estudo.

No contexto do PNAIC, é observado que as ações caminham no sentido de contribuir para o debate sobre os direitos de aprendizagem das crianças do ciclo de alfabetização; para os processos de avaliação e acompanhamento da aprendizagem das crianças; para o planejamento e avaliação das situações didáticas e para o conhecimento e utilização dos materiais distribuídos pelo Ministério da Educação voltados para a melhoria da qualidade do ensino no ciclo de alfabetização.

REFLETINDO SOBRE AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NO CICLO DE ALFABETIZAÇÃO

Entendemos por prática pedagógica o saber fazer do professor em sua atuação docente na sala de aula com ações intencionais dirigidas para um fim educativo. É a ação realizada pelo docente no ambiente educativo, com objetivo principal de desenvolver o processo de ensino e aprendizagem, por meio de ações que oportunizem a produção do conhecimento, sendo orientada por diversos saberes referentes ao trabalho docente.

No caso da professora alfabetizadora, a prática é compreendida como um conjunto de saberes que são dispostos nas situações de ensino e são oriundos de diferentes situações: do processo de formação profissional, da experiência, da socialização profissional, dentre muitos outros. Para Nóvoa (1995), considerando a experiência como fonte de saberes, as relações, o compartilhar com os pares, o refletir sobre a prática, produzem saberes e aprendem a ensinar, se consolidam espaços de formação mútua, onde o docente é desafiado a desempenhar o papel de formador e de formando.

Na contemporaneidade, muito se tem discutido sobre a necessidade do redirecionamento na formação do professor alfabetizador, haja vista uma exigência e complexidade cada vez maior do uso social da escrita, exigindo ações de formação, não somente para a decodificação do código escrito, mas também do seu uso social.

Segundo Soares (2003), nas últimas décadas, os estudos desenvolvidos revelaram problemas nos processos e nos resultados da alfabetização de crianças, insatisfações e inseguranças entre os alfabetizadores, perplexidade do poder público e da população diante da persistência do fracasso da escola em alfabetizar. Assim, os problemas evidenciados por avaliações nacionais e estaduais, geraram críticas e propostas de reexame das teorias e práticas atuais de alfabetização, a fim de solucionar a questão e atingir resultados positivos.

Essa discussão chama a atenção também para a necessidade do profissional pesquisador, que reflete e busca constantemente transformar sua prática, bem como apresenta uma atitude positiva frente aos problemas detectados, buscando repensar as estratégias do ensino.

Desta feita, fica cada vez mais evidente a necessidade de oferta de formação continuada para o docente que atua junto às turmas de alfabetização, exigindo um trabalho sistemático, em especial, após as mudanças ocorridas quanto a implantação da progressão continuada no ciclo de alfabetização do Ensino Fundamental. Tal desafio se apresenta diante da escola e de seus professores passando a exigir profissionais cada vez mais preparados, bem como a reorganização do planejamento, da prática pedagógica e da avaliação, ou seja, do trabalho do professor como um todo, no sentido de propiciar aos alunos condições dos processos de leitura e escrita.

Nesse sentido, a formação continuada de professores é crucial, pois os saberes docentes oriundos do cotidiano contribuem para ressignificar a prática, dado que o processo de alfabetização sempre deve se apresentar como uma atividade significativa para o aluno, em um processo de interação do conhecimento, reorganização e reformulação dos meios de ensinar, ou seja, o professor alfabetizador e o aluno constroem o processo da escrita.

De acordo com Freire (1996), passamos a reencontrar o real sentido de ensinar e de alfabetizar na relação de ensinar e aprender, o que no remete para o desenvolvimento de um papel docente mediador de aprendizagens e não detentor de conhecimento, em um trabalho consciente em que o professor trabalhe os conteúdos de maneira a dar sentido ao que está sendo ensinado, de maneira que os alunos compreendam o motivo, pois o exercício da cidadania perpassa pelo acesso ao domínio da língua falada e escrita.

O professor alfabetizador assume a responsabilidade de auxiliar as crianças no processo de aprendizado por meio de conhecimentos específicos e práticas educacionais, podendo marcar de forma significativa a vida destes alunos, ao considerar os saberes trazidos por cada um deles. Responsabilidade esta que justifica o necessário aprimoramento das potencialidades, além da construção e reconstrução das práticas rotineiras deste profissional.

No contexto da formação, é preciso considerar a complexidade existente na prática docente, reconhecendo a necessidade da valorização dos saberes práticos, articulados aos

demais saberes. Nas palavras de Garcia (1996), o professor alfabetizador constrói uma teoria sobre sua prática nas situações de ensino e aprendizagem que vive no seu dia a dia.

Nesse sentido, o professor deve estar disponível para novas experiências, ouvir as ideias divergentes, trabalhar com alegria e entusiasmo, encorajar os alunos a buscarem soluções a partir dos erros, reforçar o respeito e a confiança entre todos, e fundamentalmente adotar posturas facilitadoras ao desenvolvimento do potencial criativo de seus alunos, vislumbrando o desenvolvimento global do ser humano.

Compreende-se, deste modo, que as práticas pedagógicas dos professores são construídas por um conjunto de saberes. O trabalho do professor tem por base as teorias e os saberes advindos da sua prática diária, sendo que suas práticas não se dão como algo pronto e acabado, mas, estão sempre em constante reconstrução.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO

O município de Miracema do Tocantins aderiu ao Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa no ano de 2012. Em seguida, houve o processo de divulgação para a realização da inscrição dos professores interessados a concorrer às vagas de orientadores de estudo. Após uma entrevista com os candidatos, no mês de janeiro de 2013, foi divulgado o resultado da seleção.

De acordo com as orientações do programa e a demanda dos professores alfabetizadores, houve duas vagas para orientadores de estudo no município. Os orientadores de estudo participaram das formações realizadas na cidade de Palmas (TO) com uma carga horária de 200 horas promovidas pelos formadores da Universidade Nacional de Brasília (UNB) no ano de 2013, distribuídas em sete encontros presenciais e atividades a distância, com estudos e articulação entre diferentes componentes curriculares, com ênfase em Linguagem.

Das duas turmas de professores alfabetizadores nas formações realizadas em Palmas, a primeira teve participação de 28 professores dos 1º e 2º ano, e na segunda turma, foram 18 professores dos 3º anos e das turmas multisseriadas. Ambas tiveram uma carga horária de 120 horas e foram certificadas pela Universidade Nacional de Brasília. Devido à rotatividade dos professores, ainda foram necessários alguns casos de substituição.

No município, as formações foram realizadas em 4 encontros: o 1º encontro entre os dias 12 e 14 de junho de 2013; o 2º encontro nos dias 17 e 18 de outubro de 2013; o 3º encontro no dia 29 de novembro de 2013 e o 4º encontro nos dias 17 e 18 de dezembro de 2013. Ressaltando que, no dia 18 de dezembro de 2013, o evento aconteceu também no período noturno para fechamento de carga horária.

Durante o curso no ano de 2013, foram trabalhadas as seguintes temáticas: Concepções de alfabetização; currículo dos três anos iniciais do Ensino Fundamental na área de ensino da língua portuguesa; instrumentos de avaliação da alfabetização; inclusão de crianças de seis anos no ensino fundamental; planejamento do ensino na alfabetização; rotina da alfabetização na perspectiva do letramento; reflexão sobre o funcionamento do sistema alfabético de escrita; reflexão sobre os processos de apropriação do sistema alfabético de escrita e suas relações com a consciência fonológica; planejamento de situações didáticas destinadas ao ensino do sistema alfabético de escrita; sala de aula como ambiente alfabetizador; jogos e brincadeiras no processo de apropriação do sistema alfabético de escrita e sistema numérico decimal; diferentes textos em salas de alfabetização; projetos didáticos e sequências didáticas na alfabetização; avaliação; bem como a inclusão das crianças com dificuldades de aprendizagem e crianças com necessidades educacionais especiais.

No ano de 2014, os orientadores de estudo participaram das formações realizadas na cidade de Porto Nacional (TO) com uma carga horária de 200 horas promovidas pelos formadores da Universidade Federal do Tocantins (UFT) distribuídas em seis encontros presenciais, com temáticas voltadas ao aprofundamento e à ampliação de temas tratados em 2013, contemplando também o foco na articulação entre diferentes componentes curriculares, mas com ênfase em matemática.

Nesse sentido, foram formadas duas turmas de professores alfabetizadores de acordo a quantidade de orientadores de estudo para o município. Na primeira turma, foram 14 professores dos 1º e 2º anos, e na segunda turma, houve a participação de 12 professores dos 3º anos e das turmas multisseriadas. A carga horária do curso, para esses profissionais, foi de 160 horas com os certificados emitidos pela Universidade Federal do Tocantins (UFT).

No município, ainda quanto ao ano de 2014, as formações foram realizadas em quatro encontros: o 1º encontro aconteceu nos dias 18 e 20 de agosto; o 2º encontro nos dias 29 e 30 de setembro; o 3º encontro aconteceu nos dias 29, 30 e 31 de outubro e o 4º encontro nos dias

11, 12 e 13 de dezembro. Ressaltando que no dia 11 de dezembro, o evento também aconteceu no período noturno para contemplação da carga horária.

Durante o curso, em 2014, foram trabalhadas as seguintes temáticas, considerando os cadernos disponibilizados pelo Programa: Organização do trabalho pedagógico; quantificação, registros e agrupamentos; construção do sistema de numeração decimal; operações na resolução de problemas; geometria; grandezas e medidas; educação estatística; saberes matemáticos e outros campos do saber.

Percebeu-se que, por meio do constante acompanhamento das escolas por meio do planejamento e das práticas pedagógicas dos professores alfabetizadores, as formações continuadas contribuíram para uma mudança significativa na prática pedagógica do professor, bem como, no aprendizado dos alunos, tornando as aulas mais dinâmicas e com mais iniciativa e participação por parte dos alunos.

Logo, é necessário, acompanhar continuamente o progresso da aprendizagem dos alunos, por meio de avaliações contínuas, que podem ser baseadas em observações e registros sistemáticos de cada criança, bem como por avaliações estruturadas, a exemplo das Provinha Brasil² e Prova Ana³.

A ideia de que o docente, ao adquirir novos conhecimentos, toma posse de mais ferramentas para o seu ofício de ensinar, implica em melhorias na forma de organizar e planejar o processo de ensino e aprendizagem tanto do aluno como do professor. Haja vista que as discussões sobre teoria e prática no processo de formação de professores direcionam para a importância da reflexão sobre a sua prática pedagógica possibilitando reavaliar constantemente as metodologias por ele utilizadas.

Torna-se imprescindível salientar de que o professor não está pronto ao concluir cursos de formação continuada. A esse respeito, Zabalza (2004) reforça a ideia de que o processo de formação perpassa a etapa escolar e está intimamente ligado à realização pessoal e profissional dos indivíduos, ou seja, aprendemos durante toda a vida.

² A Provinha Brasil é uma avaliação diagnóstica que visa investigar o desenvolvimento de habilidades relativas a alfabetização e ao letramento em Língua Portuguesa e Matemática, desenvolvidas pelas crianças matriculadas no 2º ano do ensino fundamental. Aplicadas duas vezes ao ano (no início e no final), a avaliação é dirigida aos alunos que passaram por, pelo menos, um ano escolar dedicado ao processo de alfabetização.

³ A Prova Ana tem por objetivo realizar um diagnóstico de alfabetização e letramento em Língua Portuguesa e alfabetização em Matemática, ao final do Ciclo de alfabetização, conforme portaria nº 867, de 4 de julho de 2012.

Deste modo, a formação do professor é composta por um processo de reflexão, reconstrução de conhecimentos e troca de experiências, fundamentado na capacidade do aprendizado contínuo. Nesse percurso, os docentes passam a se reconhecer e tornam-se autores das suas práticas e colaboradores participativos do processo de ensinar e aprender.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo dos anos, a prática de alfabetização que se perpetuou em nossas instituições escolares, sustentava-se nos modelos tradicionais de ensino de forma fragmentada e descontextualizada, apoiada pelos métodos sintéticos de alfabetização, contribuindo para o distanciamento da realidade social dos alunos.

Em contrapartida, discutir o projeto de alfabetização a ser implementado pela escola, através de um planejamento coletivo, significa agregar na prática do professor alfabetizador metodologias diversificadas com clareza sobre as concepções de alfabetização que estão sendo adotadas, bem como a compreensão da dinâmica social, a formação e a organização do trabalho pedagógico, considerando sempre que as práticas pedagógicas do professor sempre ocorrem em um contexto de múltiplos sentidos, e devendo sempre ser considerado e estudado.

A formação continuada ofertada se mostrou significativa, contribuindo para uma reflexão mais apurada sobre as práticas pedagógicas e, conseqüentemente, a orientação e recondução junto às professoras alfabetizadoras, propondo novas metodologias de ensino, na perspectiva da alfabetização e do letramento. No entanto, percebeu-se a necessidade de maior aprofundamento de estudos junto aos professores alfabetizadores, uma vez que foram percebidas algumas dificuldades de concretização de práticas pedagógicas no tocante a organização do trabalho pedagógico por meio das sequências didáticas e projetos, bem como maior interação com os espaços de aprendizagens no interior da sala de aula e da escola como um todo.

Assim sendo, o processo de formação continuada não se dá simplesmente em participação em cursos e palestras. A esse respeito, Nóvoa (1997) destaca que esse processo é uma construção singular de cada profissional dentro da sua trajetória profissional, ancorada na vivência da sala de aula e experiências em processo de coletividade. É por meio de um processo cotidiano de análise crítica acerca das suas práticas, do exercício diário da docência,

onde o docente também é responsável pela sua formação e a mesma deva fazer parte do seu caminhar, do seu fazer diário.

REFERÊNCIAS

Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA): Documento básico – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2013. Disponível em <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/saeb/2013/livreto_ANA_online.pdf>. Acesso em: 30 de janeiro de 2015.

BATISTA, Antônio A. G. **Alfabetização, leitura e escrita.** In: Carvalho, Maria A. F. & Mendonça, Rosa H. (org.). **Práticas de leitura e escrita.** Brasília: Ministério da Educação, 2006.

BRASIL. Medida Provisória nº 586 de 8 de novembro de 2012. Dispõe sobre o apoio técnico e financeiro da União aos entes federados no âmbito do **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa** e, dá outras providências. Poder Executivo, Brasília, DF, 09 nov. 2012. Seção 1. Disponível em: <www.pacto.gov.br>. Acesso em: 30 de janeiro de 2015.

_____. Ministério da Educação. Portaria nº 867 de 4 de julho de 2012. **Institui o Pacto Nacional Pela Alfabetização na Idade Certa e as ações do Pacto e define suas diretrizes gerais.** Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 05 jul. 2012. Seção 1. Disponível em: <www.pacto.gov.br>. Acesso em: 30 de janeiro de 2015.

_____. _____. Portaria nº 1.458 de 14 de dezembro de 2012. **Define categorias e parâmetros para a concessão de bolsas de estudo e pesquisa no âmbito do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa.** Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 18 dez. 2012. Seção 1. Disponível em: <www.pacto.gov.br>. Acesso em: 30 de janeiro de 2015.

_____. _____. Portaria nº 90 de 6 de fevereiro de 2013. **Define o valor máximo das bolsas para os profissionais da educação participantes da formação continuada de professores no âmbito do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa.** Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 07 fev. 2013. Seção 1. Disponível em: <www.pacto.gov.br>. Acesso em: 31 de janeiro de 2015.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler:** em três artigos que completam. 20.ed. São Paulo: Cortez, 1987.

_____. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

Provinha Brasil, Documento básico – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2013. Disponível em <<http://provinhabrasil.inep.gov.br/>>. Acesso em: 30 de janeiro de 2015.

GARCIA, Regina Leite. **A formação da professora alfabetizadora**: reflexões sobre a prática. São Paulo: Cortez, 1996.

NÓVOA, A. Os professores e as histórias da sua vida. In: NÓVOA, A. (org). **Vidas de professores**. 2.ed. Porto, Portugal: Porto Editora, 1995.

_____. **A Formação de Professores e profissão docente**. In: NÓVOA A. (coord.). Os professores e a sua formação. 3. ed. Lisboa: Dom Quixote, 1997.

REVISTA Pátio, nº 29, de fevereiro de 2004. Disponível em www.pnaicilhabela.com.br/wpcontent/uploads/2013/11/Alfabetizacao_e_letramento_Magda_Soares.pdf. Acesso em: 26 de janeiro de 2015.

SOARES, M. **Entrevista concedida ao Jornal do Brasil** em 26/11/2000. Disponível em: <http://quintalmagico.com.br/educar-e/letrar-e-mais-que-alfabetizar.html>. Acesso em: 20 de janeiro de 2015.

SOARES, Magda. **Alfabetização e letramento**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

VAL, Maria G. C. **O que é ser alfabetizado e letrado?** In: Carvalho, Maria A. F. & Mendonça, Rosa H. (org.). Práticas de leitura e escrita. Brasília: Ministério da Educação, 2006.

ZABALZA, Miguel A. **O ensino universitário: seu cenário e seus protagonistas**. Porto Alegre: Artmed, 2004.